

O Movimento GLBT - Gays, Lésbicas e Transgêneros



O início do movimento no Brasil remonta ao final dos anos 70. Em duas décadas e meia, o GGB-Grupo Gay da Bahia — o mais antigo do país e da América Latina — fez história no estado e no país. Durante esse tempo, tem lutado pela parceria civil entre homossexuais e direitos da comunidade lesbicgay, a mais vulnerável em relação à observância de seus direitos humanos. Na Bahia, existem outras entidades atuantes na defesa da causa gay como PRO HOMO, Grupo Gay de Camaçari, Quimbanda Dudu, Palavra de Mulher, Coletivo KIU, Grupo Gay da Periferia, ATRAS, entre outros.

Gays e lésbicas são mais de 10% da população mundial; no Brasil, são mais de 18 milhões. Nos últimos 20 anos, mais de 2 mil e 500 homossexuais foram executados, vítimas da intolerância à homossexualidade (homofobia¹), onde o ódio da homossexualidade se manifesta através de requintes de crueldade como são praticados tais homicídios: dezenas de tiros ou facadas, morte a pontapés, pedradas, asfixiamento, pauladas, enforcamento, uso de múltiplas armas, tortura prévia, declaração do assassino “matei porque odeio gay!”.Dentre as vítimas, 72% eram gays e 25% travestis.

Os homossexuais pertencem a todos estratos sócio-econômicos, de empresários a mendigos, incluindo muitos cabeleireiros, profissionais do sexo, professores, padres e pais de santo, estudantes. Nem 10% dos assassinos são identificados, colaborando com a impunidade a omissão e mutismo de vizinhos e testemunhas, antipáticos aos gays.

Segundo pesquisa do GGB², A média geral é que a cada três dias um crime de ódio contra homossexuais é praticado no país. Com mais de 100 assassinatos por ano, o Brasil ocupa o primeiro lugar numa lista de 25 países onde os dados estão disponíveis. O México, que ocupa o segundo lugar, tem em média 35 mortes anuais. A pesquisa do GGB chama a atenção ainda para a precariedade da coleta dos dados, que podem estar subestimados, pois dependem exclusivamente do levantamento de notícias de jornais e da internet.

“Essa tragédia tem solução, conclui o responsável pelo estudo, o Prof. Luiz Mott: educação sexual científica em todos os níveis escolares, ensinado desde o pré-primário o respeito aos direitos humanos dos homossexuais; legislação que puna os crimes sexuais com o mesmo rigor que o racismo; maior rigor da Polícia e da Justiça na investigação e punição dos criminosos, e finalmente, maior consciência da população GLBT - cada vez mais numerosa nas 70 paradas gays que se realizam de

¹ Na década de 70, um psicólogo americano criou o termo homofobia, para descrever o ódio às pessoas que tem sentimentos pelo mesmo sexo, sendo considerada uma sociopatia, uma doença social, que origina violência física e discriminação reproduzida através de insultos, de omissão, abalando a auto-estima das pessoas que não encaixam na norma ditada pelo padrão heterossexista.

² Os dados do relatório estão no site: www.ggb.org.br.

norte a sul do país - mas que ainda não se conscientizou que "gay vivo não dorme com o inimigo!"

A orientação sexual não envolve apenas comportamentos sexuais, envolve também sentimentos e atração, refere-se às diferentes relações afetivo/sexual podendo ser entre pessoas do sexo diferente ao seu (heterossexual), entre pessoas de ambos os sexos (bissexual) ou a entre pessoas do mesmo sexo (homossexual). Contudo, uma vez que a medicina afirmou que homossexuais são doentes, e nossos antepassados ouviram que era pecado, que nossa sexualidade está definida de forma rígida e de que não existe outra a não ser a Heterossexualidade, o preconceito arraigado culturalmente ao longo do tempo passa essa fobia dos homossexuais às novas gerações.

Em 1973, a homossexualidade deixou de ser vista como um distúrbio pela Associação Americana de Psiquiatria e, ao mesmo tempo, foi excluída do Código Internacional de Doenças (CID). No dia 17 de maio de 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da Classificação Internacional de Doenças. Na época, a OMS deu a sentença que marcaria apenas o início de uma longa jornada contra o preconceito: "a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio, nem perversão". Quatro anos depois, a nova classificação foi adotada por todos os países-membros das Nações Unidas.

Uma pesquisa da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) chamada "Juventude e Sexualidade" traz dados preocupantes sobre o tema. O estudo é de 2004 e foi realizado com 15 mil adolescentes e 5 mil professores em vários estados brasileiros. O levantamento mostrou que mesmo entre os jovens o índice de preconceito é altíssimo – 25% dos adolescentes afirmaram que não gostariam de ter uma pessoa gay como colega em sala de aula. Além disso, 60% dos professores alegaram não saber como lidar com o preconceito.

Homofobia internalizada

Homofobia internalizada é a hostilização a si mesmo por ser homossexual e às pessoas da mesma orientação sexual através de estratégias de repulsa, negação ou auto-sabotagem de seus sentimentos, gerada pela vulnerabilidade, a perda de auto-estima e a auto-repressão, devido às crises vividas, por indefinição da orientação sexual, temendo o que acontecerá com a revelação de sua orientação ou por presenciar situações problemáticas vividas por aqueles que se assumiram para a família, amigos e sociedade.

Como o medo da revelação dessa identidade sexual está relacionado com à discriminação, à violência, à hostilização pelos outros ou o receio de perdas pessoais na família, entre amigos, no trabalho, na comunidade religiosa, o refúgio é viver em locais fechados, "gueto homossexual". Com o modismo acerbado pelo mundo capitalista longe da subjetividade, o chamado "ambiente GLS" é alvo de políticas de marketing e consumo, mercantilizado.

Atualmente a banalização confunde a identidade homossexual, pelo modismo instalado através da mídia e de opiniões distorcidas, criando uma imagem superficial da homossexualidade ao próprios gays que no meio só se fala em bíceps maior, barriga mais definida, tamanho do pênis, ditando normas de futilidades, construindo um vazio, esquecendo os sentimentos e desrespeitando o outro na sua subjetividade tendo como consequência conflitos que podem levar a dor e sofrimento. É preciso criar uma consciência de sentimentos para que isso não se transforme em transtorno.

Em função da pressão e da elitização do ambiente GLS, parte da comunidade e o movimento GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros) desenvolveu formas de estar e pensar politicamente correto criando ações e atividades onde se possa combater a homofobia, e a homofobia internalizada. O processo para eliminar a homofobia interiorizada é longo e pode demorar a vida inteira. Isto pode ser resolvido com apoio de psicoterapia afirmativa trabalhando uma imagem positiva de si próprio enquanto gay/lésbica, melhorando o auto-conceito e elevando a auto-estima.

A primeira coisa a se fazer no combate ou eliminação da Homofobia é reconhecer e aceitar tua própria homofobia, e procurar mudar suas crenças e comportamento, aceitando sua homossexualidade. Diferenciar outros tipos de opressão da homofobia. Procurar entender sobre homossexualidade lendo livros escritos por gays lésbicas e transgêneros especialistas no assunto. Desenvolver atitudes positivas em relação aos outros segmentos.

É preciso fazer um trabalho de combate a homofobia internalizada dentro da família, porque constitui o principal grupo de apoio no enfrentamento da discriminação praticada pela sociedade global, e no caso dos homossexuais pode ser o eixo principal para que se inicie e desenvolva um sentimento de compreensão. Também é preciso um trabalho de conscientização na comunidade para que haja mais harmonia, nos movimentos sociais para que se preocupe também com as questões GLBTs, nos sindicatos para lutar por igualdade de oportunidade no mercado de trabalho, nos partidos políticos para que os seus dirigentes se assumam, e principalmente dentro do movimento GLBT para deixar as rivalidades e criar um espaço de reconhecimento, cooperação e respeito a aqueles que lutaram e lutam por um mundo igualitário e humano para os homossexuais.

Projeto de sanções às práticas discriminatórias em razão da orientação sexual das pessoas.

Vivem-se novos tempos de ascensão das lutas contra os preconceitos; é preciso atentar, portanto, para a importância da discussão acerca da pluralidade sexual humana e sua expressão na sociedade contemporânea, como um fenômeno essencial na construção de identidades e realidades.

No Brasil, embora a Constituição Federal proíba a discriminação de qualquer natureza, ela não tipifica as formas de discriminação, nem determina a pena aplicável. Da mesma forma, o Código Penal dispõe sobre a injúria de cunho discriminatório referente a cor, raça, etnia, religião ou origem, mas é omissa quanto à discriminação por orientação sexual e crimes motivados por homofobia, definida como ódio e medo irracional aos homossexuais.

O Projeto de Lei (PL) 5003/2001 da deputada Lara Bernardi (PT-SP), que está em tramitação na Câmara, repudia qualquer forma de discriminação pela orientação sexual e fixa penas para ações preconceituosas, como demitir funcionário ou funcionária em função da orientação sexual. Nesse caso, segundo o projeto, o empregador pegaria pena de reclusão de dois a cinco anos.

Esse PL amplia e altera substancialmente a Lei 7.716, de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Com seu PL, Lara Bernardi amplia o campo da discriminação passível de punição pela lei, incluindo crimes resultantes de discriminação e preconceito de gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero.

Segundo a deputada, uma vantagem desse projeto é a união das forças dos movimentos sociais e dos deputados preocupados com a causa GLBT. “Havia muitas entidades que faziam intervenções no Congresso. Mas conseguimos unificar os esforços através da criação da Frente Parlamentar Mista pela Livre Expressão Sexual, que hoje é composta por 95 parlamentares que defendem os direitos dos homossexuais”, explica. Algumas propostas da Frente são: realizar seminários e debates no Congresso, apoiar a implementação do Programa do governo federal Brasil sem Homofobia e discutir o orçamento.

Objetivos do Movimento GLBT

- Desenvolver políticas para o combate a homofobia, a promoção da cidadania GLBT e diretrizes comuns que viabilizem o entendimento, conhecimento e a troca de experiência entre os ativistas GLBT para uma participação protagonista nos movimentos sociais e GLBT Brasileiros.
- Trocar experiências aprendidas entre os ativistas sobre a construção de suas identidades como GLBT e como os mesmos percebem e reagem a discriminação e a homofobia.
- Aprovação do PL 5003/2001 e a criminalização da homofobia.
- Identificar e avaliar a implementação de ações previstas no Programa Brasil sem Homofobia para o combate ao racismo e a homofobia, visando construir ferramentas e estratégias de monitoramento de políticas públicas.
- Desenvolver a articulação e a visibilidade dos mesmos nos espaços de discussão política, cultural, de controle social para a construção de políticas públicas de enfrentamento da homofobia.
- Combate à violência, discriminação racial e a homofobia nas áreas de saúde, trabalho, justiça, segurança pública, cultura, educação, entre outras.
- Identificar e estabelecer estratégias, de ação sistêmica, que busque a participação, envolvimento e comprometimento dos movimentos sociais, e ONGs no processo de enfrentamento à discriminação racial e violência homofóbica.

**Textos condensados por Valdisio Fernandes.*

Bibliografia

Gockel, Luisa. “Apenas os mesmos direitos”, *Revista do Terceiro Setor*, 2006.

Itamar dos Santos, “Homofobia Internalizada – Auto-sabotagem Homoafetiva”, *AGM- Associação Gay de Minas*, 2006.

Núcleo Parthenon da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. “A UFRJ fica mais diversa”, 2006.

Documento: “I Encontro Nacional de Afrodescentes Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais”.